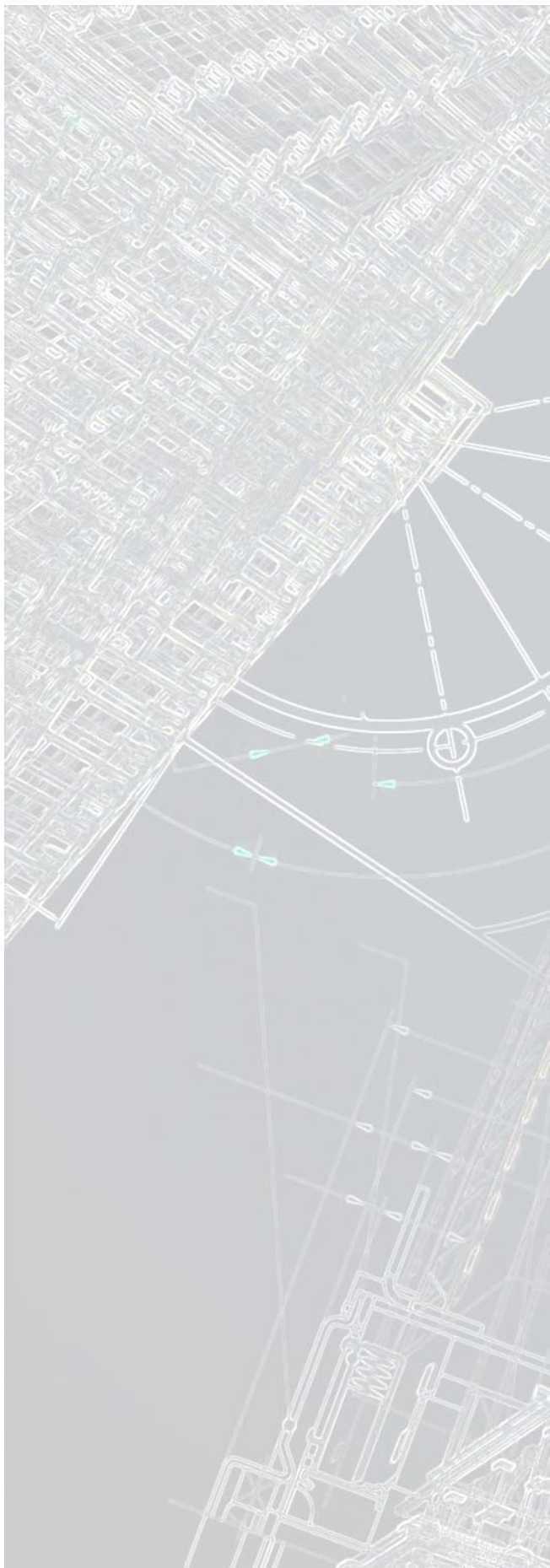




**MINE PAR S/A**



## SUMÁRIO

---

<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>II</b>
<b>BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS</b> .....	<b>4</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS</b> .....	<b>6</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS</b> .....	<b>7</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS</b> .....	<b>8</b>
<b>ÍNDICES E INDICADORES FINANCEIROS DOS EXERCÍCIOS</b> .....	<b>9</b>
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b> .....	<b>12</b>
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	12
2. BASE DE ELABORAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS .....	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	23
4. INVESTIMENTOS .....	23
5. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO .....	23
6. CONTAS A PAGAR .....	23
7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	24
8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS .....	24
9. OUTRAS DESPESAS / RECEITAS .....	24
10. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS .....	25

**MINE PAR S/A**  
**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM**  
**31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

## BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em Reais)

MINE PAR S.A.

49.323.091/0001-95

Balanço Patrimonial do exercício 2023 de 01/01/2023 a 31/12/2023

Ativo	Notas	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	AH
		31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	3	868	9.035	-	-	-
Aplicações Financeiras altamente líquidas		-	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis - AC		-	-	-	-	-
Estoques		-	-	-	-	-
Adiantamentos e Despesas Antecipadas		-	-	-	-	-
Tributos a Recuperar		-	-	-	-	-
Contratos Conta Corrente com Partes Relacionadas - AC		-	-	-	-	-
Empréstimos / Mútuos com Partes Relacionadas - AC		-	-	-	-	-
Empréstimos com Terceiros - AC		-	-	-	-	-
Outros Créditos Circulantes		-	-	-	-	-
		<b>868</b>	<b>9.035</b>	-	-	-
<b>Não circulante</b>						
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		-	-	-	-	-
Clientes e Outros Recebíveis - ANC		-	-	-	-	-
Contratos Conta Corrente com Partes Relacionadas - ANC		-	-	-	-	-
Empréstimos /Mútuos com Partes Relacionadas - ANC		-	-	-	-	-
Empréstimos com Terceiros - ANC		-	-	-	-	-
Tributos Diferidos Ativo Não Circulante		-	-	-	-	-
Outros Créditos Não Circulantes		-	-	-	-	-
Investimentos Societários	4	755.003	-	-	-	-
Investimentos Financeiros		-	-	-	-	-
Propriedades para Investimento		-	-	-	-	-
Imobilizado		-	-	-	-	-
Intangível	5	-	748.385	-	-	-
		<b>755.003</b>	<b>748.385</b>	-	-	-
<b>Total do Ativo</b>		<b>755.870</b>	<b>757.420</b>	-	-	-

**MINE PAR S.A.**  
**Balanco Patrimonial do exercício 2023 de 01/01/2023 a 31/12/2023**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	AH
		31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	
<b>Circulante</b>						
Fornecedores e outras contas a pagar		-	-	-	-	
Obrigações Trabalhistas, Sociais e Tributárias	6	1.550	3.100	-	-	
Parcelamentos - PC		-	-	-	-	
Provisões - PC		-	-	-	-	
Obrigações com Clientes - PC		-	-	-	-	
Empréstimos e Financiamentos - PC		-	-	-	-	
Contratos Conta Corrente com Partes Relacionadas - PC		-	-	-	-	
Empréstimos /Mútuos com Partes Relacionadas - PC		-	-	-	-	
Empréstimos / Mútuos com Terceiros - PC		-	-	-	-	
Dividendos a pagar - PC		-	-	-	-	
Outras Obrigações Circulantes		-	-	-	-	
		<b>1.550</b>	<b>3.100</b>	-	-	
<b>Não circulante</b>						
Empréstimos e Financiamentos - PNC		-	-	-	-	
Contratos Conta Corrente com Partes Relacionadas - PNC		-	-	-	-	
Empréstimos /Mútuos com Partes Relacionadas - PNC		-	-	-	-	
Empréstimos / Mútuos Terceiros - PNC		-	-	-	-	
Parcelamentos - PNC		-	-	-	-	
Obrigações com Clientes - PNC		-	-	-	-	
Obrigações por Aquisições Ações e Cotas		-	-	-	-	
Tributos Diferidos Passivo Não Circulante		-	-	-	-	
Resultados Diferidos		-	-	-	-	
Provisões - PNC		-	-	-	-	
Dividendos a pagar - PNC		-	-	-	-	
Outras Obrigações Não Circulantes		-	-	-	-	
		-	-	-	-	
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.550</b>	<b>3.100</b>	-	-	
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital Social	7.1	2.410.000	2.410.000	-	-	
Participações de Não Controladores		-	-	-	-	
( - ) Capital a Integralizar		-	-	-	-	
( - ) Capital a Integralizar (Não Controladoras)		-	-	-	-	
Reservas		-	-	-	-	
AFAC		714.415	714.415	-	-	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	7.2	-	(2.029.429)	-	-	
Resultado do Período	7.2	(2.370.095)	(340.666)	-	-	
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	
( - ) Distribuição de Lucros do Período		-	-	-	-	
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>754.320</b>	<b>754.320</b>	-	-	
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>755.870</b>	<b>757.420</b>	-	-	

# DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em Reais)

MINE PAR S.A.

49.323.091/0001-95

Demonstração do Resultado do exercício 2023 de 01/01/2023 a 31/12/2023

Demonstração de Resultado	Notas	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	AH
		31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	
<b>Operações Continuadas</b>						
Receitas Bruta de Vendas e Serviços		-	-	-	-	
Receitas Operacionais Financeiras		-	-	-	-	
Deduções a receita Bruta		-	-	-	-	
Custo das Vendas e Serviços		-	-	-	-	
<b>Resultado Bruto</b>		-	-	-	-	
<b>Margem Bruta</b>						
Despesas Administrativas	8	(73.460)	(339.393)	-	-	
Despesas com Vendas		-	-	-	-	
Despesas Tributárias		-	-	-	-	
Dividendos Societários Recebidos		-	-	-	-	
Dividendos Financeiros Recebidos		-	-	-	-	
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	(2.295.997)	-	-	-	
Ajuste Societário		-	-	-	-	
Resultado de Liquidação de SCP / SPE		-	-	-	-	
Outras Despesas e Receitas Operacionais		-	-	-	-	
<b>Total</b>		<b>(2.369.458)</b>	<b>(339.393)</b>	-	-	
<b>Ebtida</b>		<b>(73.460)</b>	<b>(339.393)</b>	-	-	
Depreciação/Amortização		-	-	-	-	
<b>Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras</b>		<b>(2.369.458)</b>	<b>(339.393)</b>	-	-	
Despesas financeiras	10	(637)	(1.273)	-	-	
Receitas financeiras		-	-	-	-	
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>		<b>(637)</b>	<b>(1.273)</b>	-	-	
<b>Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro</b>		<b>(2.370.095)</b>	<b>(340.666)</b>	-	-	
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	-	-	
<b>Resultado do exercício das operações continuadas</b>		<b>(2.370.095)</b>	<b>(340.666)</b>	-	-	
<b>Operações Descontinuadas</b>						
Lucro do exercício de Operações Descontinuadas		-	-	-	-	
<b>Resultado Líquido do exercício</b>	7.2	<b>(2.370.095)</b>	<b>(340.666)</b>	-	-	
Lucro Atribuível aos acionistas controladores		-	(340.666)	-	-	
Lucro Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	-	-	
Ações / Quotas em circulação no final do exercício		2.410.000	4.820.000	-	-	
Lucro por lote de mil ações/quotas		(0,98)	(0,07)	-	-	

# DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em Reais)

MINE PAR S.A.

49.323.091/0001-95

**Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido do exercício 2023 de 01/01/2023 a 31/12/2023**

	Notas	Capital Social	Capital Social (Não Controladas)	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
<b>Saldo Inicial em 01/01/2022</b>		-	-	-	-	-	-
Capital Social		-	-	-	-	-	-
Capital Social (Não Controladoras)		-	-	-	-	-	-
( - ) Capital a Integralizar		-	-	-	-	-	-
( - ) Capital a Integralizar (Não Controladoras)		-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar		-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-
AFAC		-	-	-	-	-	-
Transferências de Reservas		-	-	-	-	-	-
<b>Saldo Final em 31/12/2022</b>		-	-	-	-	-	-
Capital Social	7.1	2.410.000	-	-	-	-	2.410.000
Capital Social (Não Controladoras)		-	-	-	-	-	-
( - ) Capital a Integralizar		-	-	-	-	-	-
( - ) Capital a Integralizar (Não Controladoras)		-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	7.2	-	-	-	-	(340.666)	(340.666)
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar		-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-
AFAC		714.415	-	-	-	-	714.415
Transferências de Reservas	7.1	-	-	-	-	(2.029.429)	(2.029.429)
<b>Saldo Final em 31/12/2023</b>		<b>3.124.415</b>	-	-	-	<b>(2.370.095)</b>	<b>754.320</b>

# DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em Reais)

MINE PAR S.A.

49.323.091/0001-95

Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício 2023 de 01/01/2023 a 31/12/2023

		CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	Notas	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
<b>Fluxo das Atividades Operacionais</b>					
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>(2.370.095)</b>	<b>(340.666)</b>	-	-
Ajustes por:					
(+) Depreciação e Amortização		-	-	-	-
(+) Ajuste Equivalência Patrimonial	9	2.295.997	-	-	-
<b>Lucro Ajustado</b>		<b>(74.097)</b>	<b>(340.666)</b>	-	-
Varição do Contas Receber		-	-	-	-
Varição do Estoque		-	-	-	-
Varição de Tributos a Recuperar		-	-	-	-
Varição de Contas Adiant. e Outros Creditos		-	-	-	-
Varição de Fornecedores		-	-	-	-
Varição de Obrigações Sociais e Tributárias	6	1.550	3.100	-	-
Varição de Obrigações com Clientes		-	-	-	-
Varição de Outros Passivos		-	-	-	-
Varição Perda (Ganho) na Variação Cambial)		-	-	-	-
Varição do Ativos e Passivos		1.550	3.100	-	-
<b>Caixa Atividades Operacionais</b>		<b>(72.547)</b>	<b>(337.566)</b>	-	-
<b>Fluxo das Atividades de Investimentos</b>					
Variações de Ativo Imobilizado / Intangível	5	-	(748.385)	-	-
Outros Investimentos	4	3.124.415	1.094.986	-	-
Variações de Investimentos		(3.051.000)	-	-	-
<b>Caixa Atividades de Investimentos</b>		<b>73.415</b>	<b>346.601</b>	-	-
<b>Fluxo das Atividades de Financiamentos</b>					
Empréstimos Passivos		-	-	-	-
Empréstimos Ativos		-	-	-	-
Distribuição de Dividendos		-	-	-	-
<b>Caixa Atividades de Financiamentos</b>		-	-	-	-
<b>Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes</b>		<b>868</b>	<b>9.035</b>	-	-
<b>Caixa + Equivalentes Iniciais</b>		-	-	-	-
<b>Caixa + Equivalentes Finais</b>	3	<b>868</b>	<b>9.035</b>	-	-

# ÍNDICES E INDICADORES FINANCEIROS DOS EXERCÍCIOS

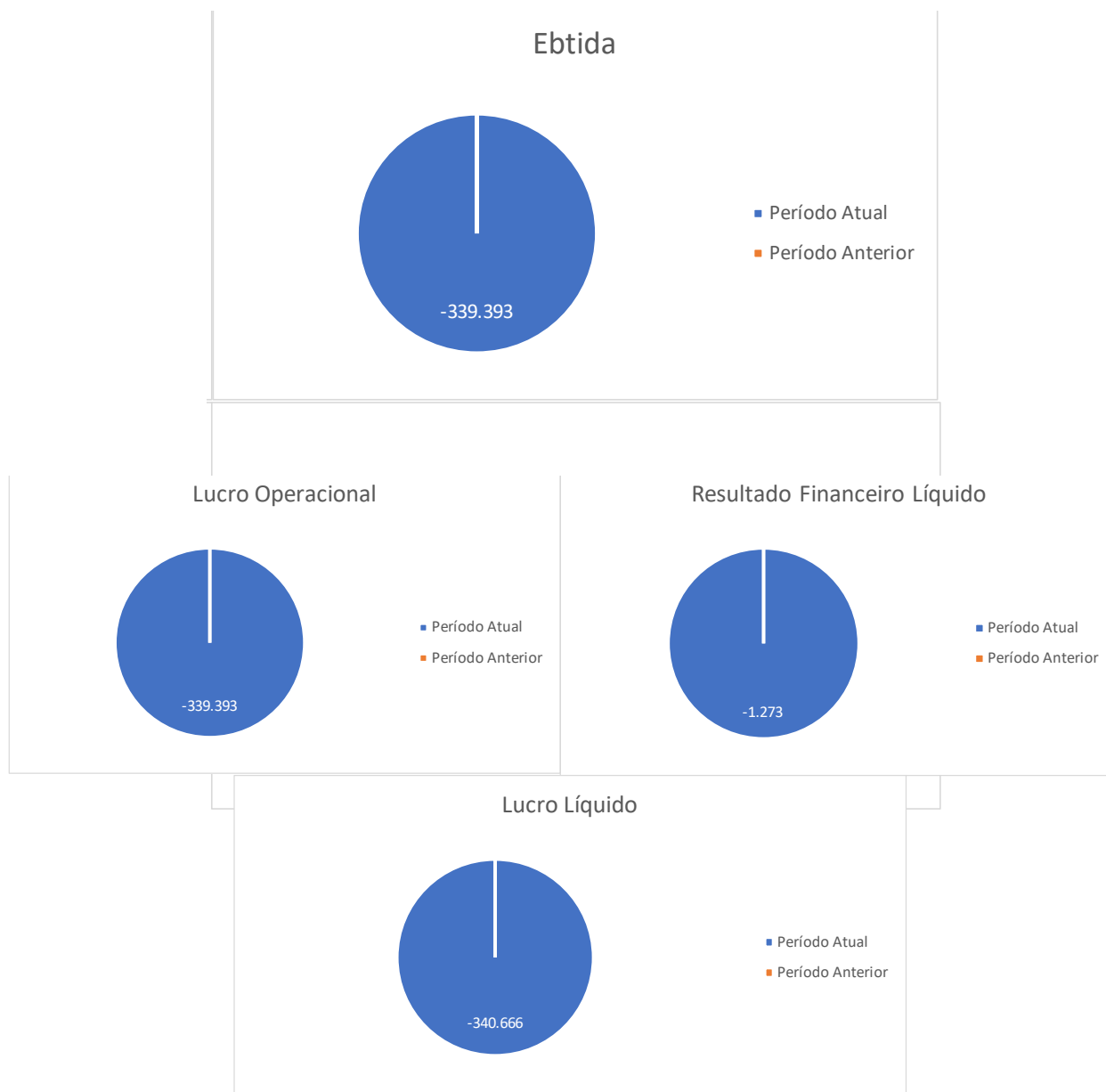
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em Reais)

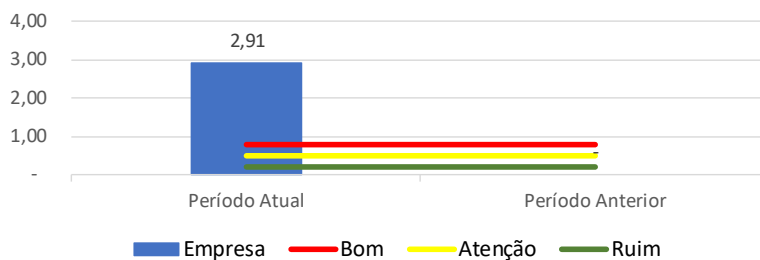
MINE PAR S.A.

49.323.091/0001-95

Índices e Indicadores Financeiros do exercício de 01/01/2023 a 31/12/2023



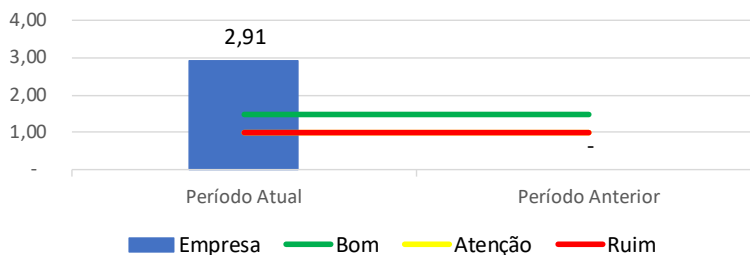
### ÍNDICE DE LÍQUIDEZ IMEDIATA



Índice conservador, considera apenas caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata para quitar as obrigações. Excluindo-se além dos estoques as contas e valores a receber. Um índice de grande importância para análise da situação a curto prazo da empresa. Para todos os índices de Liquidez, a leitura do mesmo é analisada pela capacidade do Ativo (Bens e Direitos) cobrir o Passivo (Obrigações), de forma em que demonstre a quantidade de vezes que seu Ativo seja superior ou inferior ao Passivo. O desejável é que seus Ativos sejam maior que 1,35 pois significa que há folga para cobrir as obrigações. O que modifica o critério, é ser mais ou menos conservador, com que está sendo comprometido para honrar com as obrigações.

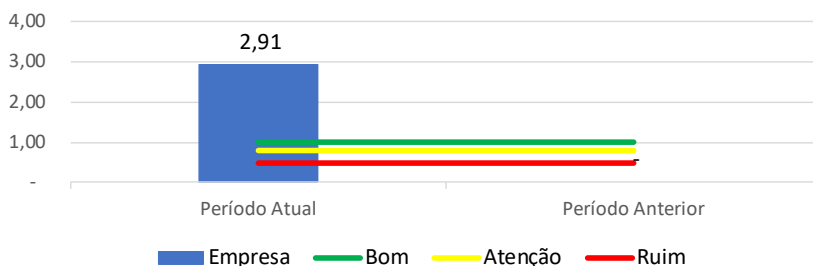
Maior que 1: Resultado que demonstra folga no disponível para liquidação das obrigações. Se igual a 1: Os valores dos direitos e obrigações a curto prazo são equivalentes. Se menor que 1: Não haveria disponibilidade suficientes para quitar as obrigações a curto prazo, caso fosse preciso.

### ÍNDICE DE LÍQUIDEZ CORRENTE



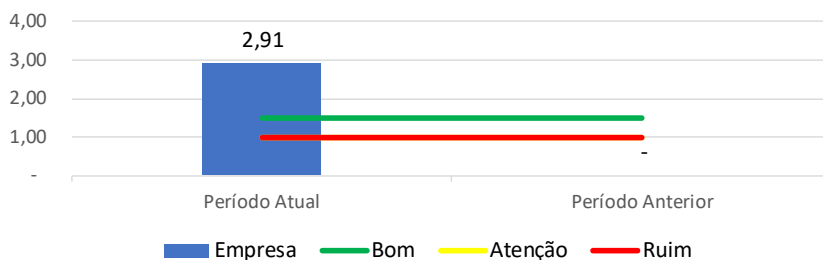
Índice bem menos conservador que a a Liquidez Imediata, pois compromete todo o Ativo Circulante.

### ÍNDICE DE LÍQUIDEZ SECA



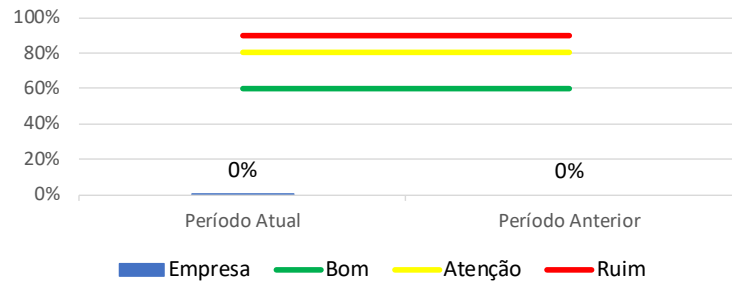
Similar a Liquidez Corrente, a Liquidez Seca exclui do cálculo acima apenas os estoques, por não apresentarem liquidez compatível com o grupo patrimonial onde estão inseridos. O resultado deste índice será invariavelmente menor ao de liquidez corrente, sendo cauteloso com relação ao estoque para a liquidação de obrigações.

### ÍNDICE DE LÍQUIDEZ GERAL



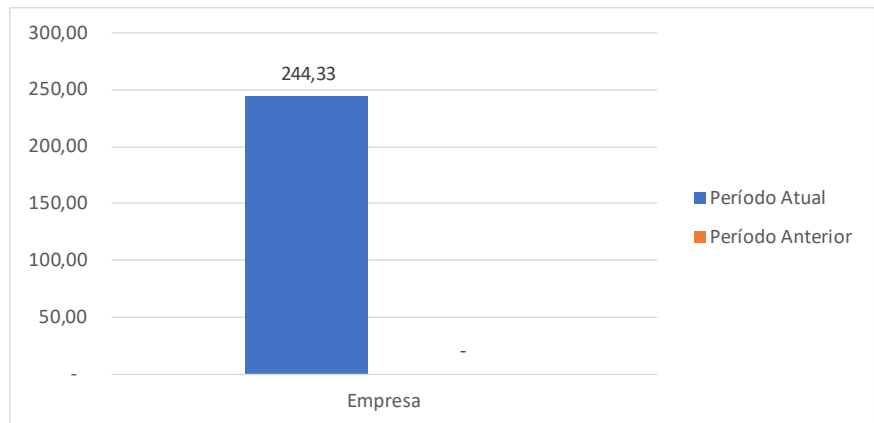
Este índice leva em consideração a situação a longo prazo da empresa, incluindo no cálculo os direitos e obrigações a longo prazo.

### COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO



Indica em percentual, o quanto a empresa financia do seu ativo, com capital de terceiros

### ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL



Expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

---

**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Em Reais)

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A **MINE PAR S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na AV. Dr. Nilo Peçanha, 2825, Sl. 1401, Chácara das pedras, Porto Alegre, RS, foi constituída em 24/01/2023, registrada na JUCERGS sob o NIRE 43300070557, e com inscrição no CNPJ sob o nº 49.323.091/0001-95

### 1.1. INFORMAÇÃO DO SEGUIMENTO

#### a) Critério de identificação dos segmentos operacionais.

A Cia. definiu a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerência o negócio. Os segmentos operacionais apresentados nas demonstrações contábeis são demonstrados a seguir:

- (i) Holdings de instituições não-financeiras;
- (ii) Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### 2.1 Declaração de conformidade e bases de elaboração das demonstrações contábeis.

a) As demonstrações contábeis da Cia. foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme o NBCTG 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução 1255/2009, NBCTG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Cia.s.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram, elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos em alguns casos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Após a sua emissão, somente o sócio têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Detalhes e Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 2. A Cia. analisou o impacto das mudanças nas Seção 23 e 48 e correlação delas com a NBC TG 1000 (R1).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 08 de fevereiro de 2024.

## 2.2.Principais políticas contábeis, julgamentos, estimativas e premissas significativas

As preparações das demonstrações contábeis estão de acordo com os CPCs e as Resoluções do CFC exige que a Administração faça julgamentos e utilize premissas, a fim de estimar e determinar os valores de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas.

As principais incertezas, premissas e estimativas estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: vida útil do ativo imobilizado, provisão para participações nos lucros e resultados e projeções para realização de tributos diferidos ativos ou passivos, garantia dos serviços contratados, entre outros.

Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. O impacto de tais revisões é reconhecido no resultado do exercício em que são efetuadas, conforme dispõe a seção 10 da Resolução 1255/2009 R1.

### (a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que também é a moeda funcional da Cia. e, também, a sua moeda de apresentação.

### (b) Características qualitativas das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância do regime de competência e dentro das exigências da NBC TG Estrutura Conceitual, Resolução CFC nº 1374/2011, conforme a seguir:

#### **Características qualitativas fundamentais:**

**Relevância:** Foram consideradas como relevantes as informações capazes de fazer diferença nas decisões por parte dos usuários das demonstrações contábeis;

**Representação Fidedigna:** As informações contábeis foram consideradas fidedignas quando representavam com fidedignidade o fenômeno que estavam por representar, sendo completa, neutra e livre de erro e ainda retratando essencialmente a realidade econômica dos fatos contábeis.

#### **Características qualitativas de melhoria:**

**Comparabilidade:** Todas as demonstrações, bem como os quadros ilustrativos em notas explicativas foram produzidos com saldos de dois anos consecutivos, sendo o exercício encerrado (2023) e o imediatamente anterior (2022). O elenco de contas também foi produzido dentro do que recomendam as normas brasileiras de contabilidade já convergidas às normas internacionais (IFRS) para assim propiciar a comparabilidade com outras Cia.s no mercado;

**Verificabilidade:** Embora muitos valores apresentados nas demonstrações contábeis sejam baseados em estimativas, estes se prestam a verificabilidade de diferentes observadores, cômicos e independentes sendo possível chegar a um consenso, embora não necessariamente a um completo acordo, conforme determinada a Resolução CFC nº 1374/2011, QC26;

**Tempestividade:** Tomou-se cuidado especial para sempre produzir as informações contábeis dentro do tempo de decisão.

**Compreensibilidade:** Os relatórios e demonstrações contábeis foram elaborados visando atender usuários com razoável conhecimento de negócios e de atividade econômica e que analisem a informação diligentemente

### **Continuidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Cia. de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis. A Cia. está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações contábeis e a Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Cia. de dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses.

### **(c) As principais práticas e estimativas contábeis adotadas pela Cia. são:**

#### **(c.1) Caixa e equivalentes de caixa**

Nessa categoria estão os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras, que são representadas por investimentos temporários de liquidez imediata (até 90 dias), registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, com riscos insignificantes de mudança em seu valor de mercado ou de realização.

#### **(c.2) Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários recebem a classificação de “empréstimos e recebíveis” e estão demonstrados ao custo amortizado, sendo os efeitos das taxas de juros efetivas registrados na conta de resultado e apresentada na rubrica “Receitas financeiras”.

#### **(c.3) Instrumentos Financeiros**

As aplicações financeiras estão atualizadas pelas taxas pactuadas nos respectivos contratos, calculadas e apropriadas pró rata dia. Os créditos a receber estão apresentados líquidos do ajuste a valor presente, conforme determina a NBC TG 12 aprovada pela Resolução CFC nº. 1151/2009, calculado sobre as parcelas das vendas a prazo, com base nas taxas de juros de mercado.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as: NBC TG 38, Resolução CFC nº. 1196/2009, NBC TG 39, Resolução CFC nº. 1197/2009, NBC TG 40, Resolução CFC nº. 1198/2009 e NBC TG 40, Resolução CFC nº. 1399/2012. Para os instrumentos financeiros básicos foi adotado o método do custo amortizado.

O reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, foi efetivamente realizado quando a Cia. tornou-se parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. A mensuração inicial de ativos a passivos financeiros se deu através do custo da operação, incluindo os

custos de transação, com exceção dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado. Sempre que o instrumento financeiro se caracterizava como operação de financiamento os ativos e passivos foram ajustados a valor presente com base nos pagamentos futuros.

#### **(c.4) Investimentos**

Os investimentos em outras sociedades, quando não relevantes, foram avaliados pelo custo de aquisição, porém quando relevantes sem controle das políticas operacionais e financeiras foram avaliados a valor justo no resultado e nas controladas pelo método de equivalência patrimonial.

##### **Em controladas ou com acordo de participação**

De acordo com a NBCTG 36 - Demonstrações Consolidadas existe somente uma base de consolidação, o controle. Consequentemente, a NBCTG 36 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (i) poder sobre uma investida; (ii) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e (iii) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na NBCTG 36 para abordar cenários complexos. Nas Sociedades em que a Empresa precisa obter consenso com os outros cotistas sobre as atividades relevantes que afetam os retornos variáveis de uma Sociedade, a Empresa possui um acordo de participação na Sociedade, que pode ser classificado como operações conjuntas (“joint operation”) ou “joint venture”.

##### **Participações em controladas**

Os investimentos em controladas são registrados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais, conforme NBCTG 18. De acordo com esse método, a participação da Empresa no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no exercício, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. As movimentações na rubrica “Reservas de Capital”, ou em outros itens integrantes do patrimônio líquido são reconhecidas de forma reflexa, no patrimônio líquido da Empresa. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas com práticas consistentes e para o mesmo período de divulgação da Empresa.

##### **Acordos de participação**

De acordo com o NBCTG 19 - Negócios em Conjunto, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou “joint ventures”, conforme os direitos e as obrigações das partes. Resumidamente, a classificação depende se o investidor tem direitos e deveres sobre o patrimônio líquido da Empresa ou se o investidor tem direitos e deveres relacionados a ativos e passivos específicos da Empresa.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as participações em Sociedades com operações conjuntas ou “joint ventures” são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

## Em coligadas

As participações em sociedades coligadas são registradas pelo método de equivalência patrimonial.

Tabela

### (c.5) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens, conforme nota explicativa nº 08.

O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a companhia e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a companhia assumia substancialmente os Riscos, os Benefícios e o Controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto do imobilizado estar em condições de uso. Os itens adquiridos através de financiamento, exceto ativos qualificáveis, foram considerados no reconhecimento inicial pelo valor presente dos pagamentos futuros ou valor justo, dos dois, o menor.

A depreciação é efetuada com base na vida útil do bem, sendo efetuada a revisão quando necessário.

A depreciação foi realizada assim que cada item do ativo imobilizado estava disponível para uso.

A depreciação é calculada com base na taxa societária, utilizando método linear e de acordo com laudo.

- Computadores e periféricos – 5 anos (20% a.a.)
- Móveis e utensílios — 10 anos (10% a.a.)
- Máquinas e Equipamentos — 10 anos (10% a.a.)
- Veículos — 5 anos (20% a.a.)

Como a companhia adotou a revisão da vida útil e, não foram reconhecidos em conta segregada a depreciação com base no método fiscal e a depreciação com base na vida útil foi ajustada em conta do ativo e da despesa pois não houve indícios de perdas. Podendo ser evidenciados de forma clara o valor de cada grupo de bens e o reflexo das normas societária aplicada ao tipo de ativo.

#### **(c.6) Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros, exceto estoques**

A Cia. efetuou o teste de impairment, por meio de empresa terceirizada. Conforme laudo a Cia. não foram evidenciadas perdas. A Cia. efetua a revisão dos procedimentos estabelecidos anualmente conforme Res. 1255/2009 R1.

#### **(c.7) Tributos sobre o lucro**

Conforme facultado pela legislação tributária, a empresa, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$ 78.000.000,00, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do imposto de renda e da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se estima recuperar. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual se espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. As diferenças apuradas são, preponderantemente, relacionadas às diferenças na apropriação imobiliária ao resultado, pois pela sistemática fiscal os lucros são reconhecidos pelo regime de caixa e pela sistemática contábil.

### **(c.8) Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponda ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

### **(c.9) Demais Provisões**

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando é esperado que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

### **(c.10) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes – riscos trabalhistas, tributários e cíveis**

A Cia. Não possui processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais tem expectativa de perda possível, fato este que permitiu o não reconhecimento de provisões.

### **(c.11) Demais ativos e passivos**

Os demais ativos e passivos são apresentados ao valor de custo ou de realização (ativos), ou para valores conhecidos ou calculáveis (passivos), acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e encargos financeiros incorridos.

### **Classificação circulante e não circulante**

A classificação entre o circulante e o não circulante é realizada com base na expectativa do lançamento dos empreendimentos imobiliários em suas controladas, revisada periodicamente.

### **(c.12) Demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

As demonstrações contábeis incluem as demonstrações contábeis da Companhia, de suas controladas e de controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as companhias controladas ou controladas em conjunto são eliminadas integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

### **(d) Conjunto de Demonstrações Contábeis**

Com base na NBC TG 26 R1, Resolução CFC nº 1185/2009 a empresa elaborou as seguintes demonstrações contábeis individuais: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração dos Resultados abrangentes (DRA) e Notas Explicativas.

#### **(d.1) Determinação do Resultado**

A Demonstração do Resultado foi estruturada em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, conforme preceitua a NBC TG 26 (R1), item nº 82, iniciando a partir da Receita Líquida, sendo ainda subdivida em operações continuadas e operações descontinuadas. Foram classificadas em operações continuadas aquelas que a empresa espera que tenham continuidade pelo menos por mais doze meses da data das demonstrações contábeis, sendo que as demais operações foram classificadas como operações descontinuadas. Os ativos imobilizados alienados na abrangência destas demonstrações, para os quais os administradores da entidade manifestaram o firme propósito de reposição por outro item de mesma natureza foram classificados como operações continuadas e para os quais a entidade não tinha interesse em reposição foram classificados como operações descontinuadas.

O resultado foi apurado segundo o regime de competência onde os efeitos das operações e de outros eventos são reconhecidos quando ocorrem (e não quando são recebidos ou pagos como caixa ou equivalente de caixa) e são registrados na contabilidade e divulgados nas demonstrações contábeis dos períodos aos quais se referem. Foram ainda consideradas as legislações específicas e demais legislações aplicáveis tais como as normas brasileiras de contabilidade, editadas e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em consonância com as normas internacionais de contabilidade conhecidas como IFRS.

As receitas de vendas somente foram reconhecidas quando possível estimar de forma confiável e ainda de acordo com o estágio de execução do referido serviço, através do método da percentagem completada, e quando todas as seguintes condições foram consideradas satisfeitas: o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável; é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a empresa; o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável; os custos incorridos para a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados de forma confiável, tudo em conformidade com o que determina a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, Resolução CFC nº. 1.374/2011 , item nº 4.47 que assim determina: “a receita deve ser reconhecida na demonstração do resultado quando resultar em aumento nos benefícios econômicos futuros relacionado com aumento de ativo ou com a diminuição de passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade [...]”

A a receita deve ser reconhecida na demonstração do resultado quando resultar em aumento nos benefícios econômicos futuros relacionado com aumento de ativo ou com a diminuição de passivo, e puder ser mensurado.

As receitas decorrentes de aplicações financeiras foram reconhecidas através do regime de competência sempre que era provável que benefícios econômicos associados com a transação fluirão à empresa e o valor da receita pudesse ser mensurado de forma confiável. Os juros foram reconhecidos através da aplicação do método da taxa efetiva de juros.

#### **(d.2) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido tem objetivo apresentar o resultado da empresa para um período contábil, tanto receitas e despesas, que foram reconhecidas diretamente dentro do patrimônio líquido e ainda demonstrar os efeitos das mudanças em práticas contábeis (convergências às normas internacionais de contabilidade) e correções de erros de exercícios anteriores, valores investidos pelos sócios, os lucros e outras distribuições que possam ter ocorrido durante os períodos cobertos pelas demonstrações contábeis.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) apresenta todas as movimentações ocorridas dentro do patrimônio líquido durante os períodos cobertos por estas demonstrações contábeis e financeiras.

### **(d.3) Demonstração do Fluxo de Caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) tem a finalidade de demonstrar os fluxos de caixas e equivalentes de caixa ocorridos durante os períodos cobertos pelas demonstrações contábeis. Esta demonstração foi elaborada através do regime de caixa conforme determina a NBC TG 03 (R1), Resolução CFC nº. 1.296/2010 e está apresentada pelo método indireto de maneira a deixar transparentes os fluxos operacionais, investimentos e financiamentos da empresa.

Foram classificadas como equivalentes de caixa as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez que são mantidas pela empresa com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. O tempo do curto prazo foi considerado pela empresa como sendo de até 90 dias da data do fechamento das demonstrações contábeis.

Nas atividades operacionais foram consideradas todas aquelas que visam gerar receitas à empresa de maneira constante, em especial, todas as transações que passaram pelo resultado decorrente da atividade fim da empresa.

Foram classificados como atividades de investimentos as aquisições ou alienações de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa, em especial: pagamentos de caixa para aquisições de ativos imobilizados, ativos intangíveis e outros ativos de longo prazo; recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo; pagamentos para aquisição de instrumentos de dívida ou patrimoniais de outras empresas e participações societárias (exceto desembolsos referentes a títulos considerados como equivalentes de caixa ou mantidos para negociação ou venda); recebimentos de caixa resultantes da venda de instrumentos de dívida ou patrimoniais de outras empresas e participações societárias (exceto recebimentos referentes a títulos considerados como equivalentes de caixa ou mantidos para negociação ou venda); adiantamentos de caixa e empréstimos concedidos a terceiros; recebimentos de caixa por liquidação de adiantamentos e amortização de empréstimos concedidos a terceiros; pagamentos de caixa por contratos futuros, contratos a termo; recebimentos de caixa derivados de contratos futuros, contratos a termo, contratos de opção, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação ou venda, ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

Foram classificados como atividades de financiamentos aquelas que resultam das alterações no tamanho e na composição do patrimônio líquido e dos empréstimos da empresa, em especial: caixa

recebido pela emissão de instrumento patrimonial ou equivalente de caixa; pagamentos de caixa a investidores para adquirir ou resgatar quotas da empresa; caixa recebido por empréstimos, títulos de dívida, hipotecas e outros empréstimos de curto e longo prazos; pagamentos para amortização de empréstimo; pagamentos de caixa por um arrendatário para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil (leasing) financeiro.

#### **(d.4) Demonstração do Resultado abrangente**

De acordo com a Resolução CFC nº 1.185/09 R1 e o CPC 26 a demonstração do resultado abrangente é obrigatória, mesmo não sendo prevista na Lei nº 6.404/76.

O normativo internacional define o resultado abrangente como “uma alteração no patrimônio líquido de uma sociedade durante um período, decorrente de transações e outros eventos e circunstâncias não originadas dos sócios. Isso inclui todas as mudanças no patrimônio durante o período, exceto aquelas resultantes de investimentos dos sócios e distribuições aos sócios”.

A demonstração de resultados abrangentes é uma importante ferramenta de análise, pois, respeitando o princípio de competência de exercícios, atualiza o capital próprio dos sócios, através do registro no patrimônio líquido (e não no resultado) das receitas e despesas incorridas, porém de realização financeira “incerta”, uma vez que decorrem de investimentos de longo prazo, sem data prevista de resgate ou outra forma de alienação.

Na prática o resultado abrangente visa apresentar os ajustes efetuados no Patrimônio Líquido como se fosse um lucro da empresa, por exemplo, a conta ajuste da avaliação patrimonial, registra as modificações de ativos e passivos a valor justo, que pelo princípio da competência não entram na DRE, no entanto, no lucro abrangente estas variações serão computadas, a fim de apresentar o lucro o mais próximo da realidade econômica da empresa.

#### **(e) Classificação circulante e não circulante**

Os ativos e passivos no balanço patrimonial são classificados como circulante quando mantidos principalmente para negociação e quando se espera realizá-los dentro de 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Representado por:

CAIXAS E EQUIVALENTES	2023 CONSOLIDADO	2023 CONTROLADORA
BANCO CONTA MOVIMENTO	9.035	868
<b>TOTAL</b>	<b>9.035</b>	<b>868</b>

### 4. INVESTIMENTOS

Representado por:

CONTROLADAS	
INVESTIMENTOS	2023
MR MINÉRIOS S/A	2.410.000
<b>TOTAL</b>	<b>2.410.000</b>

MOVIMENTAÇÃO INVESTIMENTOS	CONTROLADORA
<b>SALDO EM 31/12/2021</b>	
SUBSCRIÇÃO/REDUÇÃO DE CAPITAL	
DIVIDENDOS	
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	
<b>SALDO EM 31/12/2022</b>	-
SUBSCRIÇÃO/REDUÇÃO DE CAPITAL	755.003
DIVIDENDOS	
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	
<b>SALDO EM 31/12/2023</b>	<b>755.003</b>

### 5. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

A movimentação está demonstrada a seguir:

INTANGÍVEL CONSOLIDADO	SALDO EM 31/12/2022	AQUISIÇÃO	SALDO EM 31/12/2023
DIREITO DE USO	105.042	643.343	748.385
<b>TOTAL</b>	<b>105.042</b>	<b>643.343</b>	<b>748.385</b>

### 6. CONTAS A PAGAR

Representado por:

CONTAS A PAGAR	2023 CONSOLIDADO	2023 CONTROLADORA
OBRIGAÇÕES TRAB, SOCIAIS E TRIBUTARIAS	3.100	1.550
<b>TOTAL</b>	<b>3.100</b>	<b>1.550</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.100</b>	<b>1.550</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		

## 7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 7.1. Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 2.410.000,00 subscritos e integralizados, sendo representadas por 2.410.000 ações com valor nominal igual a R\$ 1,00.

Representado por:

CAPITAL SOCIAL	2023 CONSOLIDADO		2023 CONTROLADORA	
	SÓCIOS	Nº QUOTAS	VALOR	Nº QUOTAS
SVB MINERAÇÃO LTDA	1.687.000	1.687.000	1.687.000	1.687.000
ANDRÉ RAMALHO MAGGI	723.000	723.000	723.000	723.000
<b>TOTAL</b>	<b>2.410.000</b>	<b>2.410.000</b>	<b>2.410.000</b>	<b>2.410.000</b>

### 7.2 Reservas de Lucros

Representado por:

LUCROS ACUMULADOS	2023 CONSOLIDADO	2023 CONTROLADORA
LUCROS ACUMULADOS	- 2.029.429	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	- 340.666	- 2.370.095

## 8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os principais gastos administrativos podem ser assim representados:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2023 CONSOLIDADO	2023 CONTROLADORA
DESPESAS COM SERVIÇOS	- 90.653	
DESPESAS COM PRO-LABORE	- 144.000	- 72.000
MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS	- 8.528	
BENS PERMANENTES DE PEQUENO VALOR	- 32	
MATERIAIS DIVERSOS	- 2.952	- 415
OUTRAS DESPESAS	- 93.228	- 1.045
<b>TOTAL</b>	<b>- 339.393</b>	<b>- 73.460</b>

## 9. OUTRAS DESPESAS / RECEITAS

Representado por:

OUTRAS DESPESAS/RECEITAS	2023 CONTROLADORA
EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	- 2.295.997
<b>TOTAL</b>	<b>- 2.295.997</b>

## 10. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Os principais gastos e receitas incorridas nos exercícios podem ser apresentados da seguinte forma:

RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	2023 CONSOLIDADO	2023 CONTROLADORA
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
DESPESAS BANCÁRIAS	- 1.273	- 637
<b>TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS</b>	- <b>1.273</b>	- <b>637</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	- <b>1.273</b>	- <b>637</b>

ADMINISTRADORES,

**SAUL VERAS BOF**

**SÓCIO ADMINISTRADOR**

**CPF: 130.581.180-15**

**ELLEN HOSS SOUZA**

**CONTADORA**

**CRC 102436/RS**